



Anais da Assembléia

Nº 02

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 02 DE MARÇO DE 1978

ANO IV

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 1978

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidel-cino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. FRANCISCO DE PÁDUA LEMOS, ocorrido em data de ontem, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Por tratar-se de um cidadão de tradicional família apucarane-nse, pela última vez, desejamos homenageá-lo e, ao mesmo tempo, solicitar que da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à família enlutada, à Rua Roberto Kennedy, nesta Capital.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar e homenagem póstuma pelo falecimento de EDISON LUIZ REKSIDLER.

O extinto, filho de tradicional família curitibana, não só deixou consternados seus entes queridos, mas também aqueles com os quais privava da mais alta relação de amizade e com-panheirismo.

Solicito, outrossim, após a aprovação do presente, que se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer com a aprovação do Plenário, voto de pesar desta Casa, pelo falecimento da Sra. PASCHOA SEVERINO MANSANO, ocorrido no dia 22 de janeiro último, na cidade de Floresta.

A falecida deixa esposo e nove filhos, dos quais, o atuante Vereador Geraldo Mansano, integrante do Poder Legislativo do Município de Paisandú.

O passamento da Sra. Paschoa Severino Mansano, enlutou ambas as comunidades, deixando indescritível saudade, pelo grande coração e nobre alma que sempre possuiu. Junto com seu marido e filhos, ajudou na fundação de Floresta e Paissandú.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer com a aprovação do Plenário, voto de pesar pelo falecimento da extraordinária professora LAURA PARENTE BOSSOLAN, ocorrido dia 24 de fevereiro último, na cidade de Maringá.

Notável, humana e benevolente, a professora Laura Parente Bossolan, é credora de nossa reverência, e mereceu o comentário que transcrevemos na íntegra, do jornal "O Diário do Norte do Paraná":

"A professora Laura Parente Bossolan, uma das pioneiras mestras no ensino maringaense, faleceu na noite de sexta-feira, sendo sepultada ontem à tarde. Ao seu funeral compareceram dezenas de professores e alunos, principalmente do estabelecimento de ensino da Vila Esperança, que tem o nome da professora. Laura Parente Bossolan chegou em Maringá quando a educação maringaense ainda estava em fase de implantação. Participou então, dos primeiros trabalhos realizados em prol da educação, quando todos os professores trabalharam com muito afinco, para que o ensino de Maringá, alcançasse total sucesso. E a professora Laura Parente Bossolan, com toda sua humildade, foi, entre eles, uma grande adesão. Quando foi construído o estabelecimento de ensino Vila Esperança, resolveu-se dar o nome de Laura Parente Bossolan, como medida de retribuir à professora, todo o trabalho que ela dedicou durante os anos que atuou no ensino local".

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. WILLYNEGRE BRETAS, líder ferroviário, pessoa de grande relacionamento de amizades em Porto União da Vitória e Curitiba. Pela perda irreparável deixa grande lacuna no seio das famílias Breta e Millis e círculo de amizades.

Requer ainda, seja comunicado à família enlutada, na pessoa do Sr. Ari Millis, Jornal Traço de União - União da Vitória.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requerem, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Sr. Desembargador AUGUSTO GUIMARÃES CORTES, ocorrido no dia 26 de fevereiro último, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(aa) VALTER PIETRÂNGELO e FIDELCINO TOLENTINO
JUSTIFICATIVA:

O Desembargador Augusto Guimarães Côrtes, nasceu nesta Capital, em 1º de fevereiro de 1.900.

Iniciou seus estudos no Grupo Escolar "Oliveira Bello" e, posteriormente, no Colégio "Júlio Teodorico", fazendo os cursos preparatórios no Ginásio Paranaense.

Em 16 de julho de 1920, assentou praça no 15.º Batalhão de Caçadores, com destino à Escola Militar do Realengo, onde, em 05 de julho de 1922, tomou parte na revolta contra o Governo Epitácio Pessoa, comungando entre os demais cadetes, dos ideais que inspiravam, no Realengo e Vila Militar, o intrépido Coronel Xavier de Brito e outros chefes militares e, em Copacabana, os valorosos "18 do Forte", de cuja bravura fala a História pátria.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Paraná, foi Promotor Público, inicialmente na cidade de Colombo, depois em Antonina, Imbituva e em Camboriú. Exerceu a judicatura estadual em 1929 e 1930, nas Comarcas de Imbituva e Tibagi, como juiz substituto.

Em 1932, ingressou na magistratura através de concurso público, exercendo os cargos de Juiz de Direito nas Comarcas de São José da Boa Vista; depois denominada Wenceslau Brás, Jaguariaíva, Rio Negro, de onde veio removido, por merecimento, para a 3ª Vara Cível desta Capital.

Em 1956, também por merecimento, foi nomeado Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, onde permaneceu até 1964, ano em que pediu e obteve aposentadoria.

Foi Presidente da 2a. Câmara Cível e pertenceu ao Tribunal Regional Eleitoral durante dois biênios, posteriormente, ao Tribunal de Justiça, onde integrou o Conselho Superior da Magistratura.

Em 1959 aceitou convite da Presidência da República para cursar a Escola Superior de Guerra.

O Desembargador Guimarães Côrtes era casado com D. Ziloah Lima Moreira Côrtes, e deixou três filhos: Illeana, casada com o Engenheiro Antônio Dionísio Arantes Amazonas; Neuma, casada com o médico Dr. Ney Mena Barreto Monclaro; Izaulet, casado com d. Luiza Helena Primazoni Côrtes, sendo o mesmo Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos da Casa, um voto de regozijo pela instalação da Comarca de Corbélia e implantação do sistema DDD e DDI, acontecimentos que marcam um grande impulso no desenvolvimento sócio-econômico daquele município.

Requer outrossim, que aprovada a presente proposição, seja transmitido ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Corbélia, Laudemir Turra e Presidente da Câmara de Vereadores, Sr. Delso José Trentin.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer após ouvido o Plenário, seja consi-

nado em ata um voto de regozijo pelo transcurso do 13º aniversário, da Editora Jornalística "Paraná em Páginas Ltda".

A Revista "Paraná em Páginas", vem sendo mensal e ininterruptamente editada, trazendo sempre no teor de seus artigos e publicações, o toque atual dinâmico e independente que a caracterizou nesses treze dias de circulação.

Dirigida pelo competente e incansável jornalista Cândido Chagas, reponsável por grande parte do sucesso alcançado, a referida publicação tornou-se em nossos dias, leitura obrigatória, porquanto suas matérias sempre muito bem elaboradas alcançam as integrantes de todas as classes de atividades.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício à EMOPAR, no sentido de providenciar urgentes reparos no Grupo Escolar "Cônico Braga", da cidade de Paula Freitas, neste Estado.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se nosso pedido, pois o referido estabelecimento acha-se em péssimas condições de conservação, impossibilitando o funcionamento de várias salas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública de nosso Estado, solicitando providências no sentido de substituir o atual ocupante do cargo de Delegado de Polícia do Município de Iretama, por elemento pertencente ao quadro próprio da Secretaria de Segurança.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) ANTONIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

O atual ocupante do cargo de Delegado de Polícia de Iretama, como a grande maioria dos ocupantes de cargos semelhantes, em nosso Estado, é um civil, não vinculado ao quadro oficial da Secretaria de Segurança, não sendo a atividade remunerada. A situação perdura por longos anos. Hoje no entanto, com o considerável aumento do quadro próprio da Polícia Civil, não mais se justifica a manutenção de pessoas estranhas a este quadro, à frente da Delegacia de Polícia de sedes de municípios. Constantemente recebemos denúncias do mau funcionamento do aparelho policial naquele município, demonstrando a intranquilidade da população. Urge portanto, que providências sejam tomadas para solucionar o problema, substituindo o atual Delegado por profissional habilitado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, solicitando um urgente restudo, a fim de ser aumentado o preço mínimo do trigo, o qual não corresponde à menor das expectativas dos agricultores, já tão sofridos pela quebra de mais de 150% na soja, em virtude da seca que assola o Paraná.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN, DD. Ministro da Fazenda e outro ao Exmo. Sr. Dr. ALYSSON PAULINELLI, DD. Ministro da Agricultura, solicitando a revisão do preço do TRIGO, com a elevação de Cr\$... 238,20 (duzentos e trinta e oito cruzeiros e vinte centavos) para Cr\$ 293,00 (duzentos e noventa e três cruzeiros).

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

O preço reivindicado para a saca não representa nada mais que simplesmente o preço de custo de produção. Mais do que nunca, os lavradores precisam do estímulo, principalmente no Estado do Paraná, onde, considerando a área a ser plantada, deverá ter uma produção de mais de 2.000 T, o que representa 50 por cento ou mais de produção nacional de trigo. Por outro lado, constitui também uma forma de amenizar os grandes prejuízos que os lavradores estão tendo com a estiagem, já de conhecimento geral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS -, Dr. REINHOLD STEPHANES, solicitando urgentes providências para o melhoramento no atendimento do Instituto em Maringá, conforme solicitação feita pela Egrégia Câmara Municipal, cuja justificativa transcrevemos abaixo.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, objetiva urgentes providências junto ao INPS, no sentido de uma imediata reestruturação no serviço de atendimento médico daquele Instituto, na cidade de Maringá, responsável pela concessão de benefícios previdenciários a uma grande região circunvizinha. Tal reestruturação faz-se necessária em virtude de deficiências facilmente constatáveis no funcionamento burocrático do INPS em Maringá, que se recente inclusive de funcionários em número suficiente para propiciar um atendimento ao público de forma condizente com o espírito da previdência social.

Apenas para exemplificar a situação deficitária e deplorável do atendimento médico através do INPS naquela cidade, podemos citar que o Instituto concede apenas quatro exames diários para Dermatologia; quatro para Endocrinologia e seis para Gastroenterologia. O aumento populacional e a grande incidência demográfica verificada na região maringaense, tornam esses números totalmente insignificantes, principalmente se levarmos em consideração que, via de regra, os casos clínicos pertinentes às especificações citadas são de natureza urgente. Infelizmente, a população ressen-te-se não só da escassez de exames concedidos, mas até mesmo um aparelho para implante de rim artificial, já existente em Maringá, e que está impedido de atender os contribuintes do Instituto, já que apesar dos insistentes pedidos da classe médica e do Poder Legislativo Municipal, o INPS até o presente momento não autorizou o credenciamento para utilização daquele aparelho, indispensável aos tratamentos do povo maringaense.

Aliada à falta constante de médicos credenciados pelo Instituto, Maringá e Região estão há muito necessitando de um serviço de Radioterapia, e, a exemplo do que já ocorre com o aparelho de implante de rim artificial, seria imprescindível a garantia de especialistas credenciados para estes fins. Em consequência, a situação torna-se cada vez mais insustentável, ficando seus beneficiários obrigados a permanecerem em filas por semanas a fio, mesmo sem a certeza de obter o tão necessário

exame e autorização para consultas médicas. Tais filas chegam a provocar agressões, face ao desespero dos casos urgentes. Tais filas poderiam ser facilmente extintas, caso houvesse um maior número de atendentes burocráticos e médicos credenciados.

Do exposto, temos a certeza de que V. Exa. há de compreender que urge uma séria e enérgica tomada de providências, a fim de que o povo de Maringá e municípios circunvizinhos, possam usufruir dos serviços clínicos do Instituto Nacional de Previdência Social, direito incontestado de todos contribuintes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja solicitado à Presidência do Banco do Brasil e à Diretoria da Região, estudos para providências no sentido de autorizar, de imediato, a prorrogar os contratos de custeio agrícola das culturas atingidas pela seca, da parte não coberta pela PRÓAGRO.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

No próximo mês de julho vencem as carteiras agrícolas do custeio safra 77/78. A imensa dificuldade gerada por uma das maiores secas dos últimos anos no Paraná, acarretou seríssimos problemas financeiros aos agricultores, evidentemente com reflexos sociais. Não existe portanto, e uma rápida constatação nas diversas regiões faz a necessária prova, a menor condição do lavrador saldar sequer o percentual de 20 por cento não coberto pelo seguro agrícola, no caso de perda total.

Apesar dos vencimentos, só acontecerem em julho, uma medida, desde já, do Banco do Brasil, autorizando a prorrogação, viria, sem dúvida alguma, dar um alento aos sofridos homens que produzem a riqueza desta Nação. Temos a certeza que a sensibilidade dos nossos patrícios que detém o poder de decisão, estará voltada, em hora tão grave, para tentar minorar as agrúrias do trabalhador rural paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado, reiterando solicitações anteriores, no sentido de que S. Exa. se digne determinar a implantação de CIRETRAN e de Posto de Identificação, no Município de Rio Negro.

Por circunstâncias geográficas, torna-se imperiosa esta medida, pois, cidade vizinha que é de Mafra (SC), onde já existem estes serviços, milhares de paranaenses efetuam seus documentos de habilitação para veículos e de identificação em Santa Catarina, com evidentes prejuízos ao nosso Estado.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do Plenário, seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. General ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA, DD. Presidente da Funai, no sentido de que o desentendimento surgido na área indígena do Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul, tenha sua solução sem prejuízos àqueles que tinham posse de boa fé, fundada em títulos e que foram despejados das suas propriedades, sem antes ser apreciado pela justiça, dentre esses alguns até com financiamentos pelo Banco do Brasil.

Convém ressaltar que, com o afastamento violento dos agricultores sem condição de tempo para fazerem suas colheitas ou mesmo retirarem seus bens, inclusive criações, trouxe

sérios transtornos a inúmeras famílias, que agora estão ao desabrigo e sem recursos para prover as suas necessidades mais elementares.

De outro lado, a perda das colheitas irá refletir não só na economia individual, como do próprio município pelo que representa em sua extensão de área cultivada e produção, que é importante preservar.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requerem, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo intitulado "Aposentadoria e contagem proporcional", publicado à página 22 da edição do dia 05 de fevereiro de 1978, do conceituado jornal "O Estado de São Paulo", cientificando-se o seu autor, Celso Antônio Bandeira de Mello, através de ofício.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO e
VALTER PIETRANGELO

JUSTIFICATIVA:

O artigo em tela analisa com grande propriedade o tema "Aposentadoria e contagem proporcional", o qual, neste momento, é objeto da Emenda Constitucional e de projeto de lei de autoria dos signatários do presente e também do Deputado Erondy Silvério.

Dado o reconhecido brilhantismo com que foi sustentada a inteira viabilidade e espírito de justiça, da aplicação da contagem proporcional do tempo de serviço prestado sob a égide das Constituições de 1946, à razão de 1/30 (um trinta avos) e das Cartas Magnas de 1967, e seguintes, à razão de 1/35 (um trinta e cinco avos), o preclaro articulista dá novas luzes para que essa norma seja implantada de imediato em nosso Estado.

Possíveis controvérsias sobre esse discutido tema, caem sob o aspecto do negativismo, dando margem para que abram-se em definitivo as portas do bom senso e para que a administração pública reconheça como válidos os fundamentos dos legisladores que têm tratado da matéria no sentido de levar justiça aos servidores públicos de todo o Brasil.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 02/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "Lar São Mateus", com sede e foro na cidade de São Mateus do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora estamos propondo seja declarada de utilidade pública, vem prestando inúmeros e inestimáveis serviços à comunidade de São Mateus do Sul, no campo da assistência social, o que já lhe granjeou o reconhecimento público municipal através da Lei Municipal no. 494/72, de 14/08/72.

O presente projeto de lei que estamos apresentando, visa o reconhecimento público estadual, o que temos certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI NÚMERO 03/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica denominada "PREFEITO JOSÉ AMIM

MATTE", a Escola de Ensino de 1o. Grau, da sede do Município de Chopinzinho.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei objetiva não somente prestar o reconhecimento "post mortem" a um dos pioneiros da história do Município de Chopinzinho. Visa antes e acima de tudo mostrar aos homens de hoje que a honestidade, a conduta dignificante e o senso de oportunidade não são jamais esquecidos. As qualidades mencionadas sobravam no ilustre homenageado. Pai de família exemplar, comerciante próspero, Prefeito de Chopinzinho, por duas vezes, José Amin Matte, foi um administrador dinâmico, incansável batalhador por um ensino melhor em seu município.

Pelas razões acima expostas verifica-se que a aprovação do presente projeto pelos Excelentíssimos Senhores Deputados se constituirá num ato de justiça.

PROJETO DE LEI NÚMERO 04/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS — ASEM", com sede e foro no Rio Branco do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos legais exigidos pela legislação reguladora da matéria, conforme a documentação que anexamos ao presente.

Com isso estamos apresentando o presente plano de lei, que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI NÚMERO 05/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a isentar de contribuições previdenciárias, os servidores públicos inativos, civis, militares e autárquicos, sem prejuízo dos benefícios previdenciários e assistenciais previstos na legislação específica.

Parágrafo Único — A isenção de que trata este artigo é extensiva aos pensionistas do Instituto de Previdência do Estado.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA:

Tem como finalidade o presente plano de lei, dar aos funcionários inativos do Estado, tratamento igual aos que recebem os da União, os quais já estão usufruindo desse benefício, conforme estabelece o artigo 31, da Lei n.º 6439, de 1º de setembro de 1977.

Ao submetermos nosso projeto à apreciação do Plenário deste Poder Legislativo, cremos que o mesmo encontra ampla justificativa, se considerarmos que grande maioria dos funcionários inativos percebe proventos ínfimos e que obviamente tem seu orçamento restrito ao exclusivamente indispensável para a manutenção da família, bem como, após trinta e cinco anos de serviços prestados ao Estado, não dispõe de condições físicas para exercer outras atividades remuneradas.

PROJETO DE LEI NÚMERO 06/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a "GUARDA MIRIM DE MARINGÁ", com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1978.

(a) JORGE SATO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende com o presente projeto de lei, seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços à comunidade de Maringá, o que já granjeou-lhe o título de reconhecimento público municipal, outorgado através da Lei no. 885, de 27 de outubro de 1971.

A documentação que anexamos ao projeto, comprovam o preenchimento das exigências legais, previstas pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulín, primeiro orador inscrito.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos em recesso nesta Casa durante três meses, mas, durante este período, estou certo de que nenhum dos senhores deixou de se preocupar com os assuntos de interesse público.

O nosso trabalho, em favor do povo do Paraná, igualmente, não foi paralisado. Desenvolvemos uma atuação infatigável, cujos frutos agora já vão sendo colhidos pela população dos municípios do Interior e bairros da Capital que demandaram nossa ação parlamentar. Entre as principais tarefas que desenvolvemos ou acompanhamos durante o recesso, cumprenos levar ao conhecimento da opinião pública, as abaixo mencionadas, as quais, entre outras, se destacam:

ÁREA METROPOLITANA:

1. — No fim do último ano legislativo, proferimos discurso nesta Assembléia e enviamos expediente às autoridades propondo a implantação de um Anel Rodoviário. O objetivo claro era facilitar o tráfego de veículos entre os municípios, dando-lhes acesso direto a todas as rodovias que ligam nosso Estado a outros, e esse sistema evitaria que os carros vindos, não só de outros municípios da área metropolitana, mas também, vindos de outras do País, e desejassem ir a esses municípios, poderiam fazê-lo diretamente, sem passar por Curitiba, o que desafogaria o tráfego da Capital, reduziria o tempo de percurso e facilitaria a circulação de riquezas.

Convém ainda salientar que, só a economia de combustível será suficiente para pagar o custo de tal obra.

Agora é com satisfação que informamos que a COMEC aprovou a construção do anel rodoviário, sendo que a primeira ligação será de Araucária a Campo Largo e deste a Almirante Tamandaré e daí a Rio Branco do Sul, e por etapas sucessivas, até que se conclua a ligação entre todos os municípios, ligando-os ao mesmo tempo, com todas as rodovias com destino a diferentes partes do nosso Estado e do País, levando com isso também maior progresso aos outros municípios da região metropolitana.

2. — A ligação da rede de água à região de Campo Comprido, São Brás, Colônia Orleans e vilas adjacentes, foi outra tarefa conseguida durante o recesso. Com 5 a 6 mil ligações domiciliares, a extensão da rede de água a essa área, vai beneficiar uma população crescente, naturalmente atraída pelas reais perspectivas da Cidade Industrial. Para este esforço junto às autoridades da Secretaria do Interior e SANEPAR, contamos,

com o apoio dos Vereadores José Gorski e Donato Gulín.

Conseguimos também para essa região, junto à Secretaria de Educação, através da Fundepar, a aprovação da construção de outras unidades escolares, de responsabilidade da Prefeitura.

3. — Também obtivemos junto ao Governo do Estado, a programação da extensão da rede de abastecimento de água ao Bairro Alto, Santa Cândida e adjacências.

Estamos, com o apoio do Vereador Stival, desenvolvendo um trabalho intenso junto à Sanepar, no sentido de que seja incluído no programa daquela Companhia, ainda para esse exercício, a solução do problema da água na área abrangida desde o Barigui, em ambos os lados da Avenida Manoel Ribas, até o limite do Município por Santa Felicidade, atendendo toda a população que hoje se vê privada de uma água salutar.

4. — Conseguimos concretizar um trabalho que há muito tempo vínhamos nos empenhando na sua solução, posto que se trata de uma antiga reivindicação do povo, ou seja, a inclusão no plano de obras da Prefeitura, da pavimentação asfáltica da Avenida Mário Tourinho desde o Bacacheri até o Trevo do Atuba, que hoje é de difícil tráfego.

INTERIOR

5. — Quanto ao Interior, pugnamos e tivemos êxito em solicitar a inclusão no programa de abastecimento de água, a solução dos problemas relativos a água em Morretes e também em Guaraniáçu, municípios que representamos junto ao Governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao

Sr. Deputado Dácio Leonel, segundo orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença hoje na tribuna prende-se ao contentamento geral que grassa neste Paraná inteiro, pela participação do nosso Estado no Campeonato Nacional de Futebol, absolutamente convencido, pela caminhada que fiz pelo meu Estado, quando senti, em todos os cantos, a mesma vibração, a mesma união de pensamento e de força, em benefício do futebol do Paraná, representado pelo Londrina, no Campeonato Nacional. E é muito justo que, nesta Casa de Leis onde representamos o povo, aqui possamos fazer uma menção à exuberante campanha que realizou o Londrina Esporte Clube, como representante do futebol do Paraná, na fase semi-final e nas finais do Campeonato Nacional de Futebol.

Foi, indiscutivelmente, — e eu quase que me recordo de 20 anos atrás, quando, ainda em Curitiba, nos meus tempos de estudante, era locutor esportivo na época, das rádios Marumby, depois Curitiba, depois Cultura do Paraná, e quase que tenho as mesmas emoções daquela época, quando vejo o futebol do nosso Estado, todo ele vibrante, todo ele comunicativo, todo ele sonhando dentro de uma mesma esperança de que possamos nos situar, não apenas agora, mas daqui para a frente, dentre as maiores forças do futebol brasileiro — o Londrina que trouxe, para o esporte, para o futebol paranaense, o maior galardão já alcançado pelo Paraná, em competições futebolísticas; o maior, porque chegou entre os quatro finalistas, fazendo, ao lado de paulistas, mineiros e matogrossenses, a parte final deste Campeonato, certame que teve 62 equipes a disputá-lo: as melhores representações do Distrito Federal e de mais 20 Estados brasileiros.

É, indiscutivelmente, um fato que eu entendo que, como assunto do povo, como alguma coisa que mexeu com a população inteira, como um fato que uniu londrinenses, curitibanos, guarapuavanos, cascavelenses, enfim, todos os municípios do Paraná, que se integraram em pensamento na torcida pela nossa equipe, entendo que devesse, como fiz, apresentar à Mesa um requerimento para que merecesse o apoio incondicional desta Casa para que, nos Anais, ficasse registrado o fato colhido pelo Londrina.

Nosso requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela exuberante campanha realizada pelo Londrina Esporte Clube, no atual campeonato nacional de futebol.

Participando do maior certame nacional, onde se fizeram representar as 62 (sessenta e duas) melhores equipes de futebol do Brasil, consegue o Londrina E.C. o notável feito de ficar entre os quatro finalistas da competição.

Num campeonato que reuniu o Distrito Federal e mais 20 (vinte) Estados brasileiros — fica o Paraná, pela campanha de seu representante, alinhado dentre os quatro Estados finalistas.

Sua façanha é extraordinária e empolgou o Brasil inteiro, pelo excelente futebol, pela notável garra e pela valentia demonstrada.

Mesmo tendo na fase semi-final participado do mais difícil grupo ao lado de Santos, Flamengo, Caxias e dos campeões carioca e paulista (Vasco da Gama e Corinthians), nosso representante conseguiu passar à etapa derradeira.

As cinco vitórias alcançadas na fase semi-final contra categorizadas equipes do futebol brasileiro, fizeram do Londrina E.C. um dos quatro finalistas.

Consegue assim o Londrina a maior façanha até hoje alcançada pelo futebol do Paraná, pelo que representa o campeonato brasileiro, pelo número de seus participantes e pela integração do Brasil inteiro nessa competição.

Cumpra o Londrina E.C. a sua missão.

É o Paraná que vibra com o seu representante numa única e gigantesca torcida.

São essas as razões que nos levam a propor o registro de tão importante feito esportivo, para que conste dos Anais desta Casa Legislativa.

Requer-se ainda, que da decisão aqui tomada e que sem dúvida alguma será unânime, se dê ciência ao Londrina E.C., bem assim, à Federação Paranaense de Futebol, entidade que emprestou integral apoio ao seu filiado e ao próprio futebol paranaense."

Era isto, Sr. Presidente:

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

(Lendo): "De nada adianta lembrarmos que as atividades agrícolas sofrem influências complexas. Estão sujeitas a fatores às vezes imprevisíveis, como os fenômenos climáticos. As culturas da soja, do milho, do algodão, do arroz e outras foram seriamente comprometidas pela estiagem prolongada."

A seca afetou grande parte das principais culturas do Paraná, havendo estimativas, em alguns casos, de perdas em torno de 50%. No caso do arroz e do milho, em algumas áreas as perdas foram imensas.

Fala-se em valores aproximados a 10 bilhões de cruzeiros. O celeiro do Brasil ficou profundamente afetado em suas culturas. Teremos menores exportações, menos divisas, menor ICM, justamente quando o governo apostava na agricultura como responsável pelos recursos para o desenvolvimento nacional.

Muito mais do que os prejuízos materiais causados pela seca, os agricultores estão desanimados e descrentes de providências substanciais. E é sempre bom lembrar que na produção o mais importante é o trabalho, isto é, o homem. A quebra das safras paranaenses de importantes produtos de consumo e exportação, vem colocar na ordem-do-dia a necessidade de que o Governo repense a situação da agricultura: a política econômica federal, no seu desejo de transformar todas as atividades

em monopólios e oligopólios, a partir de premissas falsas sobre a capitalização, vem afirmando que já há capitalização na área rural. Na realidade o que conta para o Governo são as empresas que ele estimulou e protegeu na área rural. Embora elas sejam uma minoria insignificante, com produção muito pequena, constituem o quadro de referências econômicas do atual Ministro da Fazenda e dos técnicos ligados à agricultura brasileira.

Ignoram, ou insistem em desprezar, que o grosso da produção nacional de grãos vem da pequena e média propriedade, cuja mecanização é incipiente e gravosa.

E, é essa maioria de produtores que foram afetados no Paraná. Não tem capital e, estão empenhados de três a cinco anos de financiamentos, juros e amortizações de máquinas, veículos e implementos agrícolas; sem contar os créditos de safra para sementes, fertilizantes, defensivos etc.

A esse quadro de tecnificação da agricultura brasileira, vem somar-se a atitude do Governo nas medidas de apoio e suporte à produção; uma política reconhecidamente inepta que se revela melhor quando os fenômenos climáticos põem a nu, a falta de recursos e proteção à agricultura.

O que reivindicam os agricultores? Embora sejam esses reclamos o resultado imediato da seca e da quebra das safras, na verdade pedem uma proteção que já deveria estar capitulada nas medidas oficiais.

Os agricultores do Paraná pedem a prorrogação dos prazos de pagamentos dos seus débitos junto às entidades oficiais. Pedem a devolução do confisco cambial que os descapitalizou, especialmente aos pequenos e médios proprietários. Pedem financiamento para a nova produção, desde sementes. Não pedem muito, uma vez que estão levando o Brasil nas costas, apesar da demagogia oficial.

Acreditamos que no bojo das mudanças políticas anunciadas estaremos preparando as condições para desenvolver uma agricultura consolidada, próspera, protegida e segurada numa visão de longo prazo. Estaremos reafirmando que na agricultura, como em qualquer atividade, é o trabalho e, portanto, o homem, o principal fator de produção. Não é a máquina, não é o capital, não é o crédito, não é o Governo. Então, levaremos em conta, em primeiro lugar o homem, isto é, a pequena e média propriedade. Com as reformas políticas estarão abertos os caminhos para gritar a todo o mundo que não é a "plantation" neocolonial, o latifúndio, a base de nosso desenvolvimento rural.

É que faz, agora, o Governo do Estado?

Um Estado essencialmente agrícola que se deixou embair pela política dos distritos industriais, a fim de ocultar nossa realidade agrária e agrícola?

Somos um Estado que trata a agricultura como questão burocrática, com exceção de uma ou duas repartições de pesquisas e atividades experimentais. Somos um Estado omissos em agricultura. Nossa principal atividade é divulgar as medidas do Governo Federal e procurar colher dividendos políticos da produção. Talvez porque sejamos um Estado do latifúndio e dos latifundiários envolvidos em política. Por isso, não temos uma atitude racional a respeito de nossa base de sustentação econômica. Nosso modelo estadual também é o exportador; exportador para o Brasil e para o exterior, sem a contrapartida necessária para a consolidação.

Porém, o Governo do Paraná é função pública. Não pertence a pessoas e clãs políticos que eventualmente o ocupem. E agora como ficará o Estado?

Com um orçamento de 18 bilhões de cruzeiros, tendo mais de 5 bilhões de manejo administrativo-político, vamos comprometendo nossos recursos orçamentários na febril atividade político-eleitoral. E o que restará no próximo ano? E chegaremos a cumprir as previsões orçamentárias deste ano?

Além de não termos, a nível de Governo, nada a oferecer de apoio à agricultura do Paraná, pela omissão continuada dos

governantes, ainda estamos ameaçados de entrar numa recessão estadual.

Já havíamos advertido o Governo do excesso de encargos assumidos pelo Estado, ameaçando as possibilidades administrativas do próximo Governo. Advertimos que jogar no futuro não é uma boa política, especialmente sobre produção instável como a rural. Entretanto, os empenhos políticos do partido oficial e a cooptação do grupo do candidato eleito ignoraram e ignoram completamente isso, no empenho eleitoreiro de vencer a qualquer preço, inclusive ao preço do próprio Estado do Paraná.

O que se pode entender na presente situação da agricultura é que os agricultores não confiam no modelo, não confiam na política agrícola, não confiam na política econômica, não confiam no Governo. Reclamam sem confiança; pedem sem esperança. Não consideram que o Governo do Estado seja seu natural porta-voz, categórico junto ao Governo Federal. Sabem que têm direito a fazer exigências, mas esse direito não vem sendo exercido nos últimos anos, seja pela falta de canais adequados, seja pela falta de liberdades que sufocaram as lideranças naturais.

De um lado a falta de nuvens promissoras de chuvas, a falta de chuvas comprometeu a agricultura. De outro, o excesso de nuvens sombrias para os agricultores, como para todo o Estado.

Se correr o bicho pega; se ficar o bicho come. O melhor é acabar com o bicho no Governo."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, inscrito.

A Presidência informa ao Sr. Deputado que lhe restam 20 minutos.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu deveria trazer à tribuna hoje, a abordagem de questões que dizem respeito e de muita importância, à vida da nacionalidade e à vida do Paraná.

Parece-me que nesta casa política, parece-me que aqui, aonde o povo está presente, não pode passar despercebidos, sem comentários, sem análise, sem posicionamentos, palavras que foram proferidas pelo Presidente Geisel, na sua Mensagem ao Congresso Nacional. Não pode passar despercebido esse posicionamento, à questão institucional brasileira, e o momento político brasileiro que estamos vivendo.

E não pode também, sem registro e sem análise, passar esta Casa com relação à Mensagem ontem encaminhada, pelo Senhor Governador do Estado. São questões que me parecem de relevante importância e que devem e por certo haverão de merecer desta Casa, em especial da minha bancada, a avaliação e o posicionamento que melhor entendemos corretos.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, reduzo hoje as minhas palavras, nesse pequeno espaço de tempo, para não deixar passar sem registro também, um dos fatos mais lamentáveis, um dos fatos mais cruéis, um dos fatos mais terríveis, que se está a praticar no Estado do Paraná. E, tão importante, Sr. Presidente, quanto os demais assuntos, porque diz respeito à criatura humana, porque diz respeito a uma comunidade que conta com um número ponderável até do Paraná e que devido à sua situação e que devido à maneira como vem vivendo, tem que merecer e merece, pelo menos de nossa parte, o mais que falar, o mais que pudermos fazer usar desta tribuna, falar nesta Casa, utilizarmos dos instrumentos que temos, para, pelo menos, verberarmos em seu favor, para pelo menos levantarmos a questão, para pelo menos tentarmos destruir a barreira de insensibilidade que cerca o Governo do Estado. E o faço, Sr. Presidente, através de expediente, que pretendo e vou encaminhar à V. Exa., para a apreciação da Casa. (Lê):

"Senhor Presidente.

Toda justiça que tarda é injustiça.

E nada mais inquietante, triste e revoltante que se ver violentado o que é justo, preterindo ou postergando o sagrado

direito de viver-se com dignidade ou até mesmo à própria sobrevivência.

É assentada conquista, no campo trabalhista, a que tem a criatura que trabalha de ter, segundo as normas legais, recompensado o seu esforço.

No Paraná uma comunidade — integrada por dezenas de milhares de pessoas — obreira, decente e produtora, responsável direta pela manutenção de centenas de milhares de outras, suas dependentes, já há tanto preterida, tem, agora, nos últimos tempos, sua situação profundamente agravada.

Os funcionários públicos do Estado do Paraná vivem uma das mais graves e insustentáveis situações de que se tem notícia nesta terra.

O Governo do Estado, e aqui se entenda o Poder Executivo Estadual, é mau patrão, é omissos nas suas obrigações de empregador, e com isso, obrigando a quase unanimidade do funcionalismo público a se ver às voltas com os mais cruciais e inenarráveis dramas que, a ausência de recursos condignos, faz incidir sobre a vida pessoal e familiar.

O funcionário público que trabalha, que produz, que, enfim, sustenta toda a ação administrativa do Estado, é mau remunerado. Em verdade, o que percebe quase não possibilita o atendimento às suas mínimas necessidades de ser humano, e, certamente inviabiliza uma elementar vida social, compreendendo-se nisso tão só as obrigações fundamentais de manter-se a si e a sua família, de alimentar-se, de vestir-se, de medicar-se, de educar-se.

A crítica situação do funcionário vem se agravando a cada momento, de ano a ano, em função da política imposta pelo Governo e que, aqui no Paraná, encontra no oficialismo palaciano, um dos bastões representativos da mais dura e cruel insensibilidade.

Conhece-se a posição governamental com relação ao problema. Não pretende sequer restabelecer os níveis perdidos pelo funcionário ao longo de todo esse tempo, e nem mesmo adotar medidas capazes de restituir-lhes sua capacidade aquisitiva.

Não possui a Assembléia Legislativa do Estado e, longo, o Deputado, capacidade legal para interferir na questão — e isto tem que ser proclamado e conhecido. As distorções que a legislação impositiva e excepcional acarretou, recaiu, também, sobre essa área, a tal ponto de ser negado e proibido ao legislador a iniciativa e tão pouco qualquer participação, afora a homologatória, em matéria relativa a funcionário público.

Portanto, foi o Executivo que gerou o problema e o vem mantendo e, a ele, só a ele, legalmente, cabe equacioná-lo.

Todavia, não será aqui, no Poder Político Estadual que se irá endossar a atitude do Palácio do Governo, e menos ainda aplaudí-la.

Nos faltando instrumento de ordem legal para proceder as modificações necessárias e imprescindíveis, não nos falta a palavra — instrumento agora, e no caso, de denúncia e crítica, porque, talvez, criticando e denunciando se possa abrir clareiras de humanismo nos espíritos dos homens do Executivo.

Em dezembro do ano passado a Assembléia Legislativa se viu, constitucionalmente, em recesso, sem que Mensagem Governamental fosse encaminhada para se proceder o aumento de vencimentos do funcionário.

Dias depois, em janeiro deste ano, convocada extraordinariamente, também o Poder Executivo se omitiu da questão, não remetendo o indispensável Projeto de Lei de aumento.

Agora, reabre a Assembléia Legislativa e não se tem informações sobre o caso. Ou, até melhor, ao invés de ter adotado a iniciativa da Lei, teima o Governo em desinformar, em confundir, quando substitui a medida positiva e concreta que seria a remessa do Projeto por "boatos" que deixa ou permite sejam filtrados nas ante-salas do Poder.

Haverá ou não reajuste de vencimentos?

Quando o Palácio do Governo remeterá o Projeto respectivo?

Em que percentuais ocorrerá o reajuste?

Abaixo ou acima dos índices de desvalorização anunciados pelo próprio Governo?

Restabelecerá o poder aquisitivo do funcionário? Com relação ao que perdeu o ano passado, ou relativamente ao que vem perdendo ao longo dos últimos anos?

Quando o Executivo elaborou e fez aprovar o Orçamento para o exercício de 78, conhecia já os índices ou os previa, de aumento para este ano, ou o Orçamento é uma peça decorativa, elaborada sem critérios?

Sabe e sabendo que a tardança na aprovação do aumento o diminuirá, porque sendo viável sua implantação apenas em abril ou maio, já terão decorrido quatro ou cinco meses do ano, e que nesse lapso de tempo já ocorreu nova desvalorização da moeda, e isto em torno de 7 a 8%, segundo as fontes oficiais?

Conhece o fato de que o recebimento acumulado das diferenças de vencimentos dos quatro ou cinco meses, dar-se-á de uma única vez, o que somado ao novo vencimento do mês em que for implanto, representará uma quantia que, anormal no orçamento individual do funcionário, fará com que sobre ela incida um percentual maior e mais acentuado de retenção na fonte, do imposto de renda?

E sabe, por certo, que tal imposto retido pelo Estado, com o Estado permanecerá para final acerto de contas com o Governo Federal, e que isto consubstancia uma manipulação que desfavorece o funcionalismo, uma vez que desconta a mais do que deveria, e que retira tais quantias dos insuficientes vencimentos para uso em outras atividades?

Afinal, cabe indagar, o Palácio do Governo não sabe que os funcionários públicos são, como todos mortais criaturas humanas, que precisam viver?

Senhor Presidente.

No uso das atribuições que me são conferidas, requeiro seja encaminhado expediente ao Senhor Chefe do Poder Executivo Estadual, contendo, por inteiro, o teor desta manifestação, com a urgência que o caso requer, e incisivamente pretendendo de S. Ex^a, um definitivo posicionamento.

Sala das Sessões, em 2 de março de 1978."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no uso das atribuições que me são conferidas, pretendo requerer, e requeiro à Casa, que seja encaminhado ao Sr. Chefe do Poder Executivo, responsável pessoal por esta situação, cópia de inteiro teor da manifestação que acabo de proceder.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro se deseja fazer uso do espaço que, regimentalmente, lhe é reservado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência concede, ao nobre Deputado Deni Schwartz, os 15 minutos reservados ao MDB.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como é do conhecimento dos Srs. Deputados as últimas concordatas requeridas por empresas paranaenses que tem como matéria-prima produtos da agropecuária trouxeram em seu bojo graves e diretas consequências ao produtor.

A ampla utilização das Notas Promissórias Rurais por parte das empresas concordatárias transferiu diretamente ao agricultor e ao pecuarista os problemas econômicos vividos pela indústria.

Infelizmente uma legislação elitista, voltada totalmente aos interesses dos banqueiros levou ao nosso interior verdadeiro caos econômico com a criação de uma situação "sui generis" onde o produtor além de entregar a sua mercadoria se vê impedido a devolver a receita conseguida com a mesma, acrescida de

juros e correção monetária.

A legislação, repetimos, elitista protege os interesses dos Bancos que passam a operar sem riscos, já que ao invés de necessitarem se habilitar em massas falidas ou concordatárias vêem sua tarefa facilitada ao acionarem pequenos produtores, sempre tementes de perderem seus bens e propriedades.

Resta ao agropecuarista o consolo de contratar um advogado e tentar se habilitar na massa falida ou concordatária. Convenhamos Srs. Deputados, aí se afigura uma grande injustiça. Ao banqueiro, estatal ou não, os lucros advindos dos juros, taxas, correção monetária etc., ao industrial, se concordatário, a moratória, os juros fixos etc. E ao produtor? Os onus com advogados, as custas judiciais, o recebimento após longo prazo, enfim toda a sorte de dificuldades.

Permito-me ler parte do manifesto do MDB de Marechal Cândido Rondon, lançado no dia 19/02/78, quando da realização da reunião que reestruturou o Diretório local e que reflete o espírito do nosso homem do interior: "Uma política econômica com uma legislação falha e injusta, transformaram grande número de pacatos agricultores humildes operários do Frigorífico em vítimas. Estão eles pagando o onus de uma política econômica, cruel, desalmada e desumana, voltada exclusivamente para a produção do lucro, sem quaisquer preocupações, de ordem social e humana. Denunciamos o próprio Governo Federal como responsável por esse estado de coisas, pois o instituto da Nota Promissória Rural deve ser reformulado, a fim de que o produtor não mais sirva de avalista de títulos com que o adquirente da produção saca dos Bancos os recursos para efetuar o pagamento dos produtos adquiridos. Protesta o MDB, com veemência, contra as pretensões dos Bancos oficiais, querendo que o agricultor faça confissão de dívida no valor da NPR, pague semestralmente juros sobre este valor ao Banco, e, se ao final do prazo as empresas concordatárias não resgatarem os títulos, ficando obrigado a reembolsar ao Banco o dinheiro que recebeu em paga dos seus produtos. Se o Governo Federal pode enterrar bilhões em financeiras falidas, porque não arcar com estes pequenos prejuízos e livrar os colonos dessa situação que foi gerada por uma legislação injusta que urge ser renovada, para que fatos dessa natureza jamais se repitam".

Alertado para o problema, o Governo procurou medidas paliativas, anunciadas pelos jornais.

Segundo estes, o Banco do Brasil, o Banco do Estado do Paraná e o Banco Bamerindus estariam dispostos a se habilitarem diretamente nas massas concordatárias isentando o produtor.

Tais medidas, repetimos, são meramente paliativas, pois, são fruto da vontade pessoal dos dirigentes bancários.

De outra parte podemos afirmar com segurança, que tais medidas ainda não chegaram a nível de execução.

As Agências do Banco do Brasil no interior receberam apenas instruções para manterem as NPRs em carteira, sem exigência de imediato reembolso, mas sem isentar o agropecuarista da responsabilidade.

E que dizer de outros bancos. Podemos, também assegurar à Casa, que no Sudoeste conforme informação do Sr. Presidente da Cooperativa Mista de Francisco Beltrão, já estão ocorrendo execuções judiciais de NPRs.

É o momento do legislador corrigir definitivamente esta distorção.

Com este propósito, Srs. Deputados, é que viemos a esta tribuna para solicitar apoio desta Casa à proposição do eminente Senador pelo nosso Estado, Francisco Leite Chaves, que já em agosto de 1975, antevendo problemas como o que ora vive o nosso produtor, apresentava no Senado Federal o Projeto de Lei n.º 124/75, pelo qual se retiraria do endosso dado pelo produtor o caráter cambiário, reduzindo-o a simples cessão civil sem efeito regressivo contra o endossante.

Tal Projeto de Lei já recebeu parecer favorável na Comis-

são de Constituição e Economia, estando na Comissão de Agricultura.

O apoio que pleiteio na Assembléia Legislativa se consubstancia em requerimento que apresento à Mesa e que, se aprovado solicitará aos Membros da Bancada Paranaense no Congresso Nacional, rápida tramitação do referido Projeto de Lei.

Sr. Presidente, este é o teor do requerimento que passaremos às mãos de V. Exa. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, envio de expediente a todos os membros da Bancada Paranaense no Senado Federal e Câmara dos Deputados, no sentido de que venham a apoiar o Projeto de Lei nº 124/75, de 12/08/75, de autoria do Senador Francisco Leite Chaves, que dispõe sobre a Nota Promissória Rural e, requer, outrossim, o envio de cópia do presente às seguintes autoridades:

- 1 — Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná;
- 2 — Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura;
- 3 — Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda;
- 4 — Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil;
- 5 — Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura do Estado do Paraná;
- 6 — Excelentíssimo Senhor Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP;
- 7 — Excelentíssimo Senhor Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP;
- 8 — Excelentíssimo Senhor Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná;
- 9 — Excelentíssimo Senhor Secretário Executivo da ACARPA.

Sala das Sessões, em 2 de março de 1978.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

1 — Pela atual legislação, o produtor é obrigado a endossar a Nota Promissória Rural admitindo o seu efeito regressivo;

2 — As concordatas requeridas por algumas empresas que se utilizam de matéria-prima da agropecuária trouxeram à tona o grave problema econômico e social gerado quando tais fatos ocorrem;

3 — Caso não modificada a legislação, a Nota Promissória Rural perderá sua razão de ser, levada pela desconfiança do produtor, gerando problemas sérios também à indústria que necessitará de capital de giro para pagamentos "à vista";

4 — A demora na aprovação de modificações trará consequências graves. Para exemplificar, citamos exemplo do Frigorífico Iguaçu de Cascavel, que requereu concordata na segunda quinzena de fevereiro, alegando entre outros motivos a impossibilidade de operar sem a emissão de Notas Promissórias Rurais, hoje não mais aceitas pelo produtor;

5 — Persistem os problemas com as Notas Promissórias Rurais, emitidas antes das concordatas, pois, as medidas até agora adotadas são paliativas e não resolveram a situação definitivamente."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto o Sr. Deputado Líder da Aliança Renovadora Nacional, sobre se deseja ocupar o espaço reservado à Arena.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente. Necessita de apoio.

— **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara,

constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.**

— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. —

Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio.

— **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente. Necessita de apoio. —

Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante sobre a mesa:

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Paschoa Severino Mansano, ocorrido na cidade de Floresta. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Desembargador Augusto Guimarães Côrtes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da professora Laura Parente Bossolan, ocorrido na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Francisco de Pádua Lemos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Willynegre Bretas, ocorrido na cidade de União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar e homenagem póstuma pelo falecimento de Edison Luiz Reksidler. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo pela exuberante campanha realizada pelo "Londrina Esporte Clube", no atual Campeonato Nacional de Futebol. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 139 aniversário da Editora Jornalística "Paraná em Páginas" Ltda. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela instalação da Comarca de Corbélia e implantação do Sistema DDD e DDI, no mesmo município. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, lido da tribuna, solicitando o envio do inteiro teor da manifestação, referente a remuneração do funcionalismo público. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, objetivando providências no sentido de substituir o atual ocupante do cargo de Delegado de Polícia do Município de Iretama, por elemento pertencente ao quadro próprio da referida Secretaria. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima na forma do art. 150 do Regi-

mento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Presidência do Banco do Brasil S/A e à Diretoria da Região, visando estudos no sentido de autorizar a prorrogação dos contratos de custeio agrícola da parte não coberta pelo PROAGRO, junto ao Banco do Brasil. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Agricultura, encarecendo reestudo, a fim de ser aumentado o preço mínimo do trigo, o qual não corresponde a menor das expectativas dos agricultores, já tão sofridos pela quebra de mais de 50% no soja, em virtude da seca que assola o Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do INPS, visando providências para o melhoramento no atendimento do Instituto em Maringá, conforme solicitação feita pela Câmara Municipal do referido município. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja oficiado à EMOPAR, visando sejam efetuados reparos no Grupo Escolar "Cônico Braga", na cidade de Paula Freitas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "Aposentadoria e contagem proporcional", publicado no conceituado jornal "O Estado de São Paulo". — **Aprovado.**
— (O artigo acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. General Ismarth de Araújo Oliveira, Presidente da FUNAI, no sentido de que o desentendimento surgido na área indígena no Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul, tenha a sua solução sem prejuízos àqueles que tinham posse de boa fé, fundada em títulos e que foram despojados das suas propriedades. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, reiterando solicitações anteriores, no sentido de que se digne determinar a implantação de CIRETRAN e de Posto de Identificação no Município de Rio Negro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministros da Fazenda e Agricultura, encarecendo revisão do preço do trigo, com a elevação de Cr\$ 238,20 para Cr\$ 293,00. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente a todos os membros da Bancada Paranaense no Senado Federal e Câmara dos Deputados, no sentido de que venham apoiar o Projeto de Lei nº 124/75, de 12/08/75, de autoria do Senador Francisco Leite Chaves, que dispõe sobre a Nota Promissória Rural. — **Aprovado.**

Para falar em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No último dia 16 de fevereiro pretérito, tendo em vista a minha condição de integrante do Colégio Eleitoral que deverá eleger o Governador do Estado e o Senador indireto, entendi de previamente manifestar-me, de público, a fim de transmitir o meu pensamento em relação à sucessão estadual e à eleição do Senador indireto. Para tanto, solicitei aos jornalistas credenciados nesta Casa, bem como àqueles que costumam frequentá-la, para participarem de uma reunião, na qual eu faria uma exposição de meu ponto de vista acerca da sucessão estadual e da eleição

do Senador indireto.

Como é natural, não em função de minha pessoa propriamente, mas apenas pelo fato de que integro o Colégio Eleitoral, a exposição que realizei foi publicada na edição do dia seguinte, 17 de fevereiro, em praticamente todos os jornais da capital do Estado e em alguns de outros Estados.

A divulgação dos temas que desenvolvi durante a exposição atendeu, em regra geral, ao princípio da fidelidade que deve nortear fundamentalmente as atividades relacionadas com os meios de comunicação. Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, qual não foi a minha surpresa, quando um novel órgão da imprensa paranaense, nomeadamente o jornal "Correio de Notícias", ao publicar a notícia alusiva ao fato a que já me referi, veio a deturpar por completo tudo aquilo que eu havia afirmado. E a deturpação, não bastasse o desserviço que presta à imprensa paranaense, serviu ainda para tentar ridicularizar um parlamentar e, o que é mais grave, acabou sendo o meio pelo qual o referido jornal acabou por demitir dois jovens e competentes jornalistas que não quiseram, cuja consciência não permitiu que assumissem a responsabilidade de uma matéria que não redigiram.

E hoje, no reinício dos nossos trabalhos, eu me vejo na obrigação pessoal, naquilo que se refere a mim e, na contingência moral, no que diz respeito aos dois jornalistas, de protestar publicamente contra a falácia que se cometeu a um tempo contra um parlamentar e a outro, contra dois brilhantes profissionais.

Não desejo, por amor à verdade, que seja meu o relato deste fato, mas quero nesta oportunidade trazer aqui o texto de requerimento encaminhado pelos jornalistas José Laurentino Gomes e Vera Lúcia Ramos, ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná no qual pleiteiam: — "1º — a Convocação de uma reunião com os atuais e antigos empregados do "Correio de Notícias", para avaliação dos fatos relacionados com as restrições à liberdade profissional e de imprensa".

"2º — Que seja em seguida, realizada Assembléia Geral da categoria, com amplo convite a todos os jornalistas para a decisão sobre as medidas cabíveis, face às informações colhidas por essa entidade."

Dizem na petição os referidos jornalistas:

"Na qualidade de repórteres, trabalharam na Editora Novo Paraná Ltda., que edita o jornal "Correio de Notícias", desde janeiro/fevereiro de 1977 até 21 de fevereiro de 1978. Executaram suas funções na reportagem, em especial na reportagem política.

O jornal "Correio de Notícias, após a fase experimental de vários meses, da qual participamos, circulou nas bancas a partir de 25 de maio de 1977, apresentando-se como jornal independente e imparcial. Posicionando-se nesta linha, acreditamos poder colaborar com a empresa no exercício profissional no campo do jornalismo político. De início, a empresa manteve-se, embora com vacilações, coerente com esta norma. Entretanto, já no último trimestre de 1977, a norma que passou a existir foi a do cerceamento à liberdade de informação, no que se refere ao noticiário político. Mesmo antes, o jornalista Luiz Carlos Beraldo já solicitara demissão face à censura interna imposta ao noticiário político, responsável por cortes e deturpações em notícia sobre a repercussão do ato de cassação do ex-Deputado Alencar Furtado. Nessa mesma época, matéria na qual estava transcrita a íntegra da nota oficial do Diretório Regional do MDB sobre o ato governamental, foi alterada e "ame-nizada".

É oportuno lembrar que a modificação na proposta de independência e imparcialidade iniciais, está correlacionada com a evolução das articulações de um dos proprietários da empresa, Sr. Adolpho de Oliveira Franco Júnior, em prol de sua candidatura à Câmara Federal pela legenda da Aliança Renovadora Nacional. Sua composição com a corrente política liderada pelo

Ministro Ney Braga determinou o cerceamento ao nosso trabalho como repórteres políticos, com cortes, supressão e deturpação de notícias, contrariando a verdade da informação, adaptando-a aos interesses, nem mesmo do jornal ou da empresa, mas do seu proprietário e sua candidatura.

Seguidamente éramos chamados perante o secretário de redação, Valter Werner Schmidt, instruídos para darmos maior ênfase a determinado político ou ignorássemos ou menosprezásssemos informações relativas a outro. Despidos gradativamente de nossa condição de profissionais da imprensa, passávamos a usar a condição de cabos eleitorais, obrigados a falar com princípios elementares da ética jornalística face ao leitor e com nossas fontes de informação. Esta situação insustentável estendia-se a todo o corpo de reportagem, em graus variáveis.

Há vinte dias fomos comunicados que a página de noticiário político contaria com um editor, incumbido de orientar-nos, na pessoa do Sr. Ivan Guérios Curi, bacharel em direito, sem curso jornalístico. Aprofundou-se a intervenção editorial no cerceamento à livre informação, culminando com a maliciosa deturpação e inserção de inverdades na notícia sobre a entrevista concedida coletivamente aos profissionais da imprensa pelo Deputado Accioly Neto. Esta atitude de frontal desrespeito à nossa conduta profissional e ao público, bem como àquele parlamentar, não poderia passar sem nosso pronunciamento. No dia 17 de fevereiro de 1978, afixamos no mural da empresa — internamente, — um comunicado aos companheiros jornalistas, explicando os fatos e adotando posição frontalmente contrária a tal atitude da empresa e seus dirigentes.

Nossa atitude provocou, de início, nosso deslocamento de área de trabalho; mas, no dia seguinte, pela manhã, fomos proibidos de ter acesso a qualquer dependência do jornal, além da alegação de que estávamos despedidos por justa causa. Depois de várias modificações no comportamento da empresa quanto à forma de rescisão de nossos contratos de trabalho, recebemos, a 21 de fevereiro de 1978, carta pela qual nos certificava que, estávamos dispensados de nossas funções e que no dia 10 de março receberíamos nossos haveres legais. Solicitamos a baixa na carteira profissional, o que foi recusado. No dia 23 de fevereiro, ingressamos com pedido perante a Justiça do Trabalho, visando o recebimento dos haveres legais prometidos pela empresa para o dia 10 de março de 1978".

Ainda é desses jornalistas a informação que passo a ler, a propósito da matéria publicada na edição do dia 17 de fevereiro de 1978, no jornal "Correio de Notícias", à página 4, sob o título: "Accioly Neto: "Sou um líder isolado".

Dizem os jornalistas: "A inveracidade da matéria é exposta logo no título: "Accioly: "Sou um líder isolado". O parlamentar jamais disse isso em qualquer momento de sua entrevista e, acreditamos jamais diria. Para essa afirmação contamos com o testemunho, que pode ser invocado a qualquer momento, dos nove jornalistas restantes presentes à entrevista que, como já afirmamos, foi coletiva. Nem qualquer das outras publicações da notícia, no mesmo dia, fez referência a essa declaração de Accioly Neto.

Ainda o "lead" — 1.º parágrafo — da matéria, há outra inverdade. Diz a publicação do "Correio de Notícias": "O Deputado acrescentou que "no momento, Paraná tem algumas das suas lideranças políticas isoladas", citando como exemplo, o caso de seu pai Senador Accioly Filho". Isso também não foi declarado em momento algum, pelo Deputado, mas tão somente surgiu da imaginação criadora do já citado editor, sob a orientação da direção do jornal.

No segundo parágrafo, diz a publicação: "O Deputado arenista reafirmou ainda sua posição de dissidência dentro da Arena paranaense e justificou-se dizendo que **ele também é um líder isolado dentro do Partido**". E mais adiante, acrescenta o jornal: "Accioly Neto, que por diversas vezes durante a entrevista coletiva, ressaltou que a hora é de quem tem voto, afirmou

também ser um político de boa densidade eleitoral". Em ambos os casos comete-se outra aberrante deturpação da informação. Na matéria por nós originalmente escrita, não há qualquer referência a essas declarações e muito menos elas aparecem nas publicações de outros jornais em torno do assunto.

A publicação diz ainda que o Deputado havia classificado "os nomes até agora conhecidos como prováveis candidatos ao Senado como "bons e respeitáveis". Na verdade, a declaração original, de acordo com a matéria que havíamos feito, foi a seguinte: ... todos os nomes apresentados até agora, embora respeitáveis, são inexpressivos. Não podemos ser humilhados como em 1974. É preciso um candidato que realmente possa concorrer".

O parágrafo seguinte, também é inverídico: "Accioly Neto prometeu durante a entrevista uma reação em nível parlamentar para as decisões que venham a ser tomadas em relação à sucessão governamental do Paraná, reiterando que o Senador Accioly Filho participa de suas opiniões". Accioly Neto não prometeu nada disso e nem garantiu que Accioly Filho participa de suas opiniões expostas na entrevista."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência informa o Sr. Deputado que o tempo está esgotado. Concede-lhe, no entanto, mais 5 minutos.

O SR. ACCIOLY NETO — "Ainda nesse parágrafo, acrescenta o jornal: "O Deputado Accioly Neto e o Senador Accioly Filho como se sabe, haviam divulgado à imprensa que lançariam manifesto conjunto relatando ponto de vista de ambos sobre o atual panorama político do Paraná".

Isso não aconteceu. De fato, antes, o jornal havia anunciado "como sendo manifesto", por um lapso o repórter entendeu "manifestação" como sendo manifesto. Isso foi corrigido logo no dia seguinte, 16 de fevereiro. Incidindo no erro cometido, a publicação continua: À última hora, entretanto, os Accioly resolveram voltar atrás a respeito do manifesto e optaram substituí-lo por uma entrevista coletiva a ser dada apenas pelo Deputado Accioly Neto, como efetivamente ocorreu".

No último parágrafo, o editor acrescentou como comentário seu, que, absolutamente não constava da matéria original: "Assim, segundo se infere das declarações do Deputado, a reação dele e do Senador Accioly Filho às movimentações políticas que acontecem hoje no Paraná deverão ficar por aí e terão desenvolvimento apenas na área parlamentar, onde pretende utilizar a tribuna para aclarar seus posicionamentos futuros".

Há de entender, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que do ponto de vista exclusivamente pessoal não poderia eu aceitar que nenhum órgão de imprensa deturpasse qualquer afirmação que faça desta tribuna, de meu gabinete ou nas ruas.

Poderia, se quisesse, utilizar-me da Lei nº 5250, de 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação de pensamento e de informações, que pelo seu artigo 29, estabelece que "toda a pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade pública, que for acusado ou ofendido em publicação feita em jornal ou periódico, ou em transmissão ou radiodifusão, ou a cujo respeito os meios de informação ou divulgação veicularem fato inverídico ou errôneo, tem direito à resposta e retificação".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Devo, neste caso, explicações aos Senhores, porque a esta Casa pertencem. Devo explicações àqueles que me delegaram mandato para representá-los na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Mas não devo explicações àqueles que fazem de um órgão de imprensa, que tem a mais excelsa das missões, o caminho mais fácil para atingir aos objetivos mais rasteiros.

Não discuto a linha editorial do jornal, pois admito, com a franquia que a imprensa possui, que me ocnendem em razão de minhas posições políticas.

Não peço, como jamais pedi, a ninguém, que publiquem nos jornais de suas propriedades, as minhas atividades político-parlamentares.

Não sou um exibicionista, e disso não preciso. Prefiro o contrário, que ao invés das minhas declarações haja por parte da imprensa uma crítica construtiva aos erros que eu, novo ainda, venha a cometer no exercício de meu mandato.

Mas, o que me causa mais decepção, aquilo que me fere mais, foi o ato cometido contra os dois jovens jornalistas, que se iniciavam com convicção, com idealismo e, sobretudo, com honestidade de propósitos, uma das profissões mais nobres, e que se vêem, de repente, desiludidos em sua caminhada, apenas porque quiseram ser fiéis ao espírito que nasceu com Gutenberg, no século XV.

E é em nome deles, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, em Explicações Pessoais, ocupo esta tribuna hoje para dizer que com eles estou solidário. E que a luta que eles iniciaram, terá em mim, aqui, agora e sempre, o respaldo que necessitam, para fazer com que suas vozes sejam ouvidas na Assembléia e assim transmitidas aos representantes do povo paranaense.

Quero, em derradeiro, pedir, Sr. Presidente, em forma de requerimento que posso posteriormente apresentar por escrito à Mesa, que as notas taquigráficas deste pronunciamento sejam encaminhadas à direção do jornal "Correio de Notícias" e também, Presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná.

E com este pedido, Sr. Presidente, agradecendo a oportunidade do tempo que V. Ex^a me concedeu, e aos Srs. Deputados que me ouviram, eu tenho a certeza que saio desta tribuna certo de que a deturpação da palavra não há de ser a regra da imprensa paranaense, mas continuará sendo a exceção, como o "Correio de Notícias" é exceção como jornal.

Era só, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência solicita dos departamentos competentes, que, independente da vontade do Plenário, seja atendida a pretensão do Sr. Deputado Accioly Neto.

Encaminhe-se cópia do pronunciamento, consubstanciando as notas taquigráficas, ao Sr. Diretor do jornal "CORREIO DE NOTÍCIAS", bem como ao Sr. Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SRS. DEPUTADOS FIDELCINO TOLENTINO E VALTER PIETRANGELO, EM SESSÃO DO DIA 2 DE MARÇO DE 1978.

" APOSENTADORIA E CONTAGEM PROPORCIONAL

Celso Antônio Bandeira de Mello

1. Dispõe o art. 101, item III, da Carta Constitucional de 1969 que o funcionário será aposentado voluntariamente após trinta e cinco anos de serviço. Idêntico preceptivo constava da Carta de 1967, no artigo 100. Um e outro estão em dissepção, no que pertine ao prazo, com o correspondente mandamento da Constituição de 1946, posto que esta fixava em trinta anos o período a ser vencido para obtenção do benefício em pauta (art. 191, § 2º).

2. Por sem dúvida, a aquisição do direito à aposentadoria sob pedido sofre o imediato influxo do mandamento novo. Este é o entendimento abonado pelo favor dos doutos. A dizer: em questões de regime estatutário não há falar em "jus quaesitum" vinculado à situação anterior, se a regra superveniente colhe o destinatário sem que este haja implementado os requisitos constantes da norma antiga. Mormente em matéria constitucional, o princípio se tem como assente o incontroverso.

3. Do reconhecimento deste fato não se segue, necessariamente, todavia, empeco a que a lei haja por bem contemplar acontecimentos transatos, constitutivos de situações

em curso visando ajustá-las ao novo regime.

4. Percebe-se, mesmo a um primeiro súbito de vista, que o tratamento legal preordenado a definir a compostura dos eventos pretéritos não-consumados em seus efeitos sofre um limite incontendível, a saber: não pode armar disciplina que os subtraia ao império da regulação constitucional superveniente. Isto é, falece-lhe possibilidade de reger a matéria em termos que nulifiquem as disposições novas previstas na Lei Maior.

Sem embargo, atendida tal limitação é perfeitamente viável reger os acontecimentos em fase de transcurso acomodando o que já se passou (e está se passando) à nova disciplina, de sorte a não se ignorar o pretérito, consoante a significação jurídica, dantes possuída, ao mesmo tempo que se respeita e se acata a nova significação jurídica que vem a ter após a edição dos preceitos subseqüentes.

5. Quer-se dizer: as possibilidades em abstrato concebíveis para disciplinar eventos transcorrentes — que irrompem do passado e atravessam o presente rumo ao futuro — não se exaurem em extremos antinômicos substanciados no radicalismo de ignorar a significação jurídica do que já ocorreu ou, pelo contrário, de contestar a aplicação imediata dos preceptivos em vigor.

Em suma: inexistente obrigatoriamente um dilema pelo qual ou se obedece a regra antiga desautorando a nova ou se obedece a nova aniquilando o significado jurídico que os fatos vencidos tiveram ao tempo do seu sucesso.

Com efeito, pode-se considerar fatos antigos dando-lhes a significação de direito que tiveram em face da regra precedente, porém compatibilizados com os efeitos atribuídos pela regra subseqüentes a partir da edição dela. Vale dizer: reconhece-se — o que é imperativo — a força modificadora da regra nova em relação ao regime anterior, sem, com isto, fazer "tabula rasa" da disciplina pretérita.

Então, consideram-se os fatos atuais, consoante a significação que lhe atribui o dispositivo atual, e absorvem-se os fatos vencidos segundo o significado que lhe outorgava lei do tempo. Em uma palavra: faz-se reconhecimento não apenas nominal, mas real, de que uma situação foi apanhada por duas normas: de que esteve sob regência de dois preceitos, pois seu caráter continuado — e não instantâneo — levou-o a transitar pelo tempo e ser interceptada por diplomas diferentes.

6. Afinal: Aplica-se sempre a lei de tempo. Aos fatos transcorridos defere-se a significação e expressão que possuíam ao lume da regra sob cujo império se efetivaram. Por não se terem exaurido, entende-se que os eventos remanescentes, em continuação, hão de se consumir e definir segundo critérios do novo diploma. A dizer: fica a globalidade da situação disciplinada pelos paradigmas decorrentes da norma atual, que, entretanto, recebe os fatos pretéritos segundo a qualificação, o valor relativo, que lhes emprestava a norma antiga.

7. A aposentação é direito que só se completa depois de totalmente perlongada a dilação temporal prevista pela regra concessiva do benefício. De outro lado, é logicamente impossível chegar-se ao seu termo sem percorrer passo a passo todo o itinerário cronológico conducente ao final do prazo. Quando entre o início e o encerramento do prazo para fruição da aposentadoria incidem duas normas que assinalam períodos diversos para o momento aquisitivo os eventos que se passaram sob a regra antiga e os que ocorrem sob o império da nova, têm significações diferentes perante o Direito.

Insta observar que os acontecimentos, as situações, os fatos, os atos, não possuem, em si mesmos, qualquer virtude, jurídica. As normas é que qualificam tais ou quais situações, fatos e atos, irrogando-lhes este ou aquele efeito; inculcando-lhes esta ou aquela importância; deferindo-lhes tal ou qual relevo. Em uma palavra: os fatos e atos, os acontecimentos e situações são neutros. O Direito é que lhes imputa uma dada

significação. Portanto, sob o prisma do Direito, os eventos naturais nada valem. O valor que se lhes reconhece não reside neles mas, no significado que alguma norma lhes haja atribuído.

KELSEN, a sabendas, indica que a norma é um "esquema de interpretação". Isto é, paradigmata um critério, pelo qual se dá significação jurídica aos fatos.

Afinal, o Direito só se ocupa de significações jurídicas. Vale dizer: Nada existe para o Direito, além dos significados jurídicos, isto é, do relevo que as normas emprestam aos fatos. Em razão disto, recusar aos fatos passados, relevo que um dia tiveram perante uma norma, equivale a recusar-lhe a única densidade que possuíam perante o Direito. Em uma palavra: equivale a desconstituir a juridicidade, a expressão "de jure", que fazia deles um elemento do universo jurídico. Em outros termos, negar o valor que então possuíam é pura e simplesmente fazer retroagir a nova regra, com o que seria impossível infirmar o alcance que dantes possuíam.

Se a regra superveniente lhes dá uma significação em algum ponto ou aspecto diversa daquela que tinham, obviamente, para fazê-lo, terá que retornar sobre o passado para alterar a significação transata. E é isto que se denomina retroação.

Segue do exposto que sob o império de uma dada regra que fixe em trinta anos o prazo para aposentação, cada ano transcorrido tem, perante o Direito, uma significação perfeitamente identificável, reconhecível, independentemente da circunstância de envolver ou não direito adquirido.

Esta significação a que se aludiu corresponde ao valor, à importância, em síntese, ao relevo que a ordem normativa atribui ao período de trabalho transcorrido em relação às possibilidades de se implementar a aposentadoria facultativa.

Em termos concretos: sob o império da Constituição de 1946, um ano de serviço correspondia a um trinta avos do prazo para aposentação; quinze anos de serviço correspondem a quinze trinta avos do período necessário para aposentação a pedido.

De nenhum modo se contém nesta assertiva, de obviedade incontestada, a afirmação de que o funcionário haverá por tal razão adquirido o direito de se aposentar com trinta anos de serviço mesmo que sobrevenha preceito novo dilatador do prazo, se incidiu em época anterior à integralização do prazo antigo.

O asserto que se fez contém em si mesmo nem mais nem menos que a seguinte proposição: cada ano de serviço possui uma significação de direito perante a norma então vigente. Esta significação é a relação entre o período vencido e o período total requerido para que se integralize o direito a se aposentar. A superveniência de outra norma encontra significações já existentes e, dentre elas, esta a que se aludiu. Pode desconstituir tal situação, pois o Direito é livre para atribuir a qualquer tempo os significados que queira aos fatos ocorridos, ocorrentes ou a ocorrer. Todavia, não se deduz necessariamente da nova regra — que venha a fixar novo prazo para obtenção da aposentadoria — proibição a que se respeitem as qualificações jurídicas que a norma anterior deferiu aos fatos já sucedidos no tempo de sua vigência.

10. Ora, tanto a Carta de 1967 quanto a Emenda de 1969 cifraram-se a estatuir que o tempo de serviço para aposentadoria facultativa é de trinta e cinco anos no caso de homem e de trinta anos no de mulheres. Nada dispuseram quanto à forma de se contar o tempo de serviço, seja em geral seja no que pertine às situações apanhadas em pleno transcurso pelo advento dos novos diplomas constitucionais.

Exatamente porque nada impuseram, as várias entidades políticas (União, Estados e Municípios) regulam e podem regular a maneira pela qual se computa o período reputado de serviço para efeito de aposentação.

Assim, "exemplificandi gratia", tanto na União como no Estado de São Paulo, o tempo e licença-prêmio não gozado é contado em dobro. O período em que o funcionário esteve em disponibilidade — a dizer, na inativa, sem prestar serviços ao Poder Público — é computado como tempo de serviço para fins de aposentadoria. Para este mesmo efeito e para outros contam-se como de serviço os dias em que o funcionário esteve ausente de seu trabalho para participar de competições desportivas oficiais. Também se conta para fins de aposentadoria o tempo em que esteve licenciado para tratamento de saúde. Em suma: é a lei que estabelece o que é computado e como se computa tempo de serviço.

De resto, há expressa disposição constitucional ao respeito, competendo à lei (federal, estadual ou municipal) este mister. É o que preceitua o art. 100, § 3º, da Carta de 1969: "O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, na forma de lei."

Por sem dúvida, a lei a que se reporta o texto maior é a lei de entidade política a que o serviço é prestado. Por isso HELY LOPES MEIRELLES averbou com precisão: "O tempo de serviço público, tanto para a fixação dos proventos como para a aposentadoria facultativa, é contado segundo as normas pertinentes de cada Administração que, consoante o art. 102, § 3º da Constituição não poderá reputar o cômputo do tempo de serviço prestado a outras entidades estatais ..." (Direito Administrativo Brasileiro, 3ª edição refundida, Edit. Revista dos Trib. 1975, pg. 410) "E a breve trecho:

"O tempo de serviço público prestado a qualquer das entidades estatais, por determinação constitucional, será integralmente computado para a aposentadoria e a disponibilidade, na forma da lei (Constituição da República, art. 102, § 3º). A expressão constitucional, "na forma da lei", está a indicar que esse tempo de serviço deve ser aceito em conformidade com a certidão emitida pela outra entidade estatal, repondo a sua legislação". (op. cit. pg. 412).

Claro está que a liberdade legal para regular o que se considera como tempo de serviço e como se procede a tal cômputo não é irrestrita, nem ilimitada, pena de, sob color de fixar o que lhe compete, vir a desnaturar o sentido do preceito constitucional relativo ao prazo necessário para aposentação. Do reconhecimento disto, entretanto, não dimanar cerceio ao legítimo exercício de uma regular competência. Implementada dentro de parâmetros normais, razoáveis, fundamentados, e sobretudo, em afinamentos com diretrizes subjacentes aos princípios do sistema constitucional, correspondente a manifestação corriqueira do poder de legislar sobre matéria administrativa inerente à União, Estado e Municípios, cada qual em sua esfera.

Ora, de fora parte as considerações anteriores (no que atina à significação jurídica do tempo de serviço prestado sob o império de uma dada norma) quando se salientou a relação proporcional entre um período de trabalho e a dilação total requerida para aposentação, impede observar que este mesmo critério de enfoque é abonado pela Carta Constitucional embora o outro propósito, porém em relação similar e com respeito ao mesmo tema.

Assim é que, na aposentadoria por invalidez alheia a razões de serviço, tanto como na aposentadoria por idade propecta, os proventos são proporcionais ao tempo de serviço. Outrossim, na disponibilidade, os proventos também são proporcionais. Eis, pois, que a idéia de relacionar o tempo de serviço realmente transcorrido com um período completo e lhe emprestar valor proporcional, longe de ser diretriz estranha a critérios admissíveis pela Carta Magna, encontra conforto nas hipóteses citadas, ainda que estas digam respeito a situações inquestionavelmente distintas.

O que se deseja pôr em relevo é que a noção de propor-

cionalidade, no trato das situações jurídicas dependentes de um lapso temporal não é critério exdrúxulo ou sequer desconhecido pela Lei Magna.

Verifica-se, pois, que assiste à lei, seja federal, seja estadual, seja municipal, dispor sobre a forma de se computar serviço prestado. Demais disso, registre-se que o sistema de valoração ponderada de tempo de serviço público efetivamente prestado não é critério estranho ou, menos ainda, hostil à sistemática da Lei Maior. Igualmente, averbou-se que a mera fixação de novo prazo para aposentação não traz impedimento à apreciação do período vencido segundo os termos dantes vigentes

Esta mesma inteligência foi adotada, pela Constituição do Estado de Minas Gerais, que em seu art. 222, pacificamente aplicado, dispõe: "A lei assegurará, ao funcionário que tiver tempo de serviço prestado antes de 13 de maio de 1967 o direito de computar esse tempo para efeito de aposentadoria, proporcionalmente ao número de anos a que estava sujeito, no regime anterior, para obtenção do benefício".

Por derradeiro, insta lembrar que o Tribunal de Contas do antigo Estado da Guanabara, já apreciou e deu por legítimo o critério de ponderar tempo de serviço, para fins de aposentação, quando há contraste entre dois períodos diferentes requeridos para aposentadoria facultativa e o servidor é colhido por normas discrepantes. Disto nos dá notícia J. E. ABREU DE OLIVEIRA, em sua preciosa monografia sobre aposentação.

Vale transcrever, colhendo da obra citada, o ensinamento do Ministro JOÃO LYRA FILHO, relator no processo em que se apreciou tal matéria: "Não podendo furtar-se à soma dos tempos de serviço necessários, por imposição constitucional, à autoridade cumpre ponderar os valores relativos de cada um. A harmonização de textos formalmente antagônicos lhe impõe considerar os valores relativos de cada fração distinta de tempo de serviço, para reduzi-los, um denominador comum que possibilite a soma de grandezas iguais." (Aposentadoria ao Serviço Público, 1970, Editora Freitas Bastos, pg. 134).

Em face de quanto se expôs, procede concluir que assiste a Municípios, Estados e União, disporem sobre contagem de tempo de serviço de seus servidores. O dispositivo constitucional decide quanto ao período necessário à aposentação facultativa, porém não embarga as leis das várias pessoas políticas regularem o modo de computar este tempo, sobretudo em vista das situações intercorrentes. Ao fazê-lo podem reconhecer ao período vencido a significação que tiveram em face da lei do tempo.

Será, no caso, matéria de decisão legislativa, animada por um propósito de justiça e de evitar retroação da regra superveniente. Não caberia, entretanto, supor existência de direito adquirido em face do dispositivo velho. Isto porque a aquisição do direito, quer ao deferimento da aposentadoria, quer ao regime normativo aplicável às várias parcelas do tempo transato, só se consumaria com a integralização do período total requerido pela lei vigente à época de seu transcorrer.

É evidente, todavia, que se as Constituições estaduais dispuserem sobre a matéria, a elas se assujeitarão as leis dos respectivos Estados e Municípios".

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

prorrogar até 31 de dezembro de 1978, a Função Gratificada 5-F, de Motorista de Gabinete, dos funcionários abaixo relacionados, ora à disposição deste Poder:

ALBARY PEDROSO

ALBERTO MIGUEL
ANÍBAL ASSUNÇÃO
ANTÔNIO LUIZ QUERINO MACHADO
EMÍLIO TELES DE LIMA
LÍRIO TONETTI
MANOEL DIAS
RUY DA FONSECA PEREIRA
SEBASTIÃO CORDEIRO DOS SANTOS
VILSON DA SILVA NATAL
WALDOMIRO DE CAMARGO

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de janeiro de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º SECRETÁRIO

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º SECRETÁRIO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 13, de 02 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANNA CRISTINA SOUZA, matrícula nº 553, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de janeiro de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 12309, de 07 de dezembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a JANDYRA GARCIA WERNECK, viúva do ex-Deputado Estadual FRANCISCO PEIXOTO LACERDA WERNECK, falecido no dia 23 de setembro de 1977, pensão mensal no valor equivalente a três (03) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, de acordo com as Leis nºs 4.763 e 54 de 05 e 22 de novembro de 1963, com nova redação dada pelas Leis nºs 6.468, de 18 de outubro de 1.963 e 6.911, de 02 de setembro de 1977, a partir da data do óbito.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de janeiro de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 09/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 20, de 02 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ FERNANDO FLÔRES matrícula nº 481, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1.977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de janeiro de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 19, de 02 de janeiro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOANNA DE BIASIO DA CUNHA, matrícula nº 443, ocupante do cargo de nível PL"26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de janeiro de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 04, de 02 de janeiro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALBERTO SAVOIA ASSEF, matrícula nº 147, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de janeiro de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 12 de 02 de janeiro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ACIR TEIXEIRA, matrícula nº 108, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1976 e 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de janeiro de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 01, de 02 de janeiro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º,

da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de WALTER JOSÉ PEIXER, matrícula nº 136, ocupante do cargo de nível PL"28", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de janeiro de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 12454, de 09 de dezembro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA, matrícula nº 477, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 08 de dezembro de 1977, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de janeiro de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 44, de 03 de janeiro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ABEL FREDIANO MARCHIORATO, matrícula nº 230, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de janeiro de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 27, de 02 de janeiro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LEONILDO MARCHIORO, matrícula nº 376, ocupante do cargo de nível PL"22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de janeiro de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário